



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

34
JUL 2015

HABEAS CORPUS Nº

0205288-8

171

COMARCA:

JABOATÃO DOS GUARARAPES

VARA:

TRIBUNAL DO JÚRI

IMPETRANTE:

EDMILSON JOSÉ DE OLIVEIRA

PACIENTE(S):

EDMILSON JOSÉ DE OLIVEIRA

PROCURADOR:

DR. ITABIRA DE BRITO FILHO

RELATOR:

DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA
VIRGÍNIO

ÓRGÃO JULGADOR:

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. PRESENTES OS REQUISITOS AUTORIZADORES DA LIBERDADE PROVISÓRIA. PLEITO INDEFERIDO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO. CARECEM OS AUTOS DE DOCUMENTO APTO A COMPROVAR A ILEGALIDADE. PEDIDO NÃO CONHECIDO. EXCESSO DE PRAZO. PROCESSO COM ANDAMENTO REGULAR. INSTRUÇÃO QUASE FINDA. DATA DA PRISÃO DO PACIENTE NÃO INFORMADA. IMPOSSÍVEL MENSURAR O EXCESSO DE PRAZO ACASO EXISTENTE. AUSÊNCIA DE COAÇÃO ILEGAL. ORDEM DENEGADA À UNANIMIDADE.

6534

I - O *habeas corpus* deve vir instruído com todas as provas que sustentem as alegações nele contidas, já que não se admite dilação probatória. Ausência de documento hábil a comprovar a ilegalidade sofrida. Pedido não conhecido.

II - Trata-se de feito com andamento regular, com a instrução processual na fase final. Ademais, não consta na exordial a data da prisão do Impetrante/Paciente,

cf



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



172

sendo impossível mensurar qualquer ilegalidade por excesso de prazo, caso de fato exista.

III - Coação ilegal inexistente. Ordem denegada à unanimidade.

ACÓRDÃO

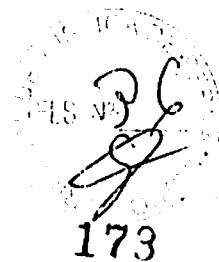
Vistos, relatados e discutidos os autos do *Habeas Corpus* nº 0205288-8, no qual figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à **unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 10 de fevereiro de 2010.


Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



HABEAS CORPUS Nº

0205288-8

COMARCA:

JABOATÃO DOS GUARARAPES

VARA:

TRIBUNAL DO JÚRI

IMPETRANTE:

EDMILSON JOSÉ DE OLIVEIRA

PACIENTE(S):

EDMILSON JOSÉ DE OLIVEIRA

PROCURADOR:

DR. ITABIRA DE BRITO FILHO

RELATOR:

DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA
VIRGÍNIO

ÓRGÃO JULGADOR:

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Edmilson José de Oliveira impetra a presente ordem de *habeas corpus* liberatório em benefício próprio, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara do Tribunal do Júri da Comarca do Jaboatão dos Guararapes/PE.

Relata a exordial, em síntese, que o Paciente/Impetrante está sofrendo coação ilegal à sua liberdade de ir e vir, visto que foi indeferido pelo Magistrado *a quo* o pleito de liberdade provisória, mesmo sendo possuidor de todos os requisitos autorizadores para responder ao processo em liberdade. Alega, outrossim, excesso de prazo na conclusão do presente feito sem que a defesa tivesse dado causa.

Não houve pedido de liminar.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



174

Instada a se pronunciar, a autoridade indicada coatora, ofereceu informações às **fls. 24/26**.

A Procuradoria de Justiça, através do Dr. Itabira de Brito Filho, ofertou parecer, às **fls. 29/30**, manifestando-se pela denegação da ordem.

É, em resumo, o relatório.

Recife, 10 de fevereiro de 2010.


Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



175

HABEAS CORPUS Nº

0205288-8

COMARCA:

JABOATÃO DOS GUARARAPES

VARA:

TRIBUNAL DO JÚRI

IMPETRANTE:

EDMILSON JOSÉ DE OLIVEIRA

PACIENTE(S):

EDMILSON JOSÉ DE OLIVEIRA

PROCURADOR:

DR. ITABIRA DE BRITO FILHO

RELATOR:

DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA
VIRGÍNIO

ÓRGÃO JULGADOR:

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

VOTO

Através de uma análise percuciente dos autos, verifico que o Impetrante/Paciente não juntou ao seu petitório cópia da decisão que efetivamente indeferiu o seu pedido de liberdade provisória e que manteve a prisão preventiva, não juntando, portanto, nenhum documento apto à análise de sua pretensão.

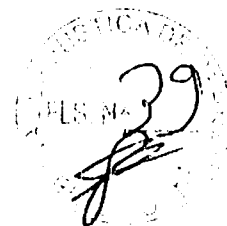
Nesse sentido, trago à colação o julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça do HC 102964/MG, Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ 25.08.2008:

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PRISÃO EM FLAGRANTE. PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. INDEFERIMENTO. FUNDAMENTAÇÃO EM DADOS CONCRETOS. AUSÊNCIA DA DECISÃO QUE INDEFERIU O BENEFÍCIO. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. ÔNUS DO IMPETRANTE. PRECEDENTE DO STJ. ORDEM DENEGADA.

Anjf



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



176

1. O indeferimento do pedido de liberdade provisória ao preso em flagrante, nos termos do art. 310, parágrafo único, do Código de Processo Penal, deve, sob pena de constrangimento ilegal, cingir-se, fundamentadamente, à órbita do art. 312 do CPP.
2. No caso, não há como analisar a argumentação do impetrante de que o indeferimento do pedido de liberdade provisória não se fundamentou em elementos concretos aptos a ensejar a custódia cautelar do paciente, porque não se trouxe aos autos a cópia da decisão proferida em 1ª instância, documento indispensável à análise da pretensão. Há apenas a cópia do acórdão atacado, que concluiu pela ausência de constrangimento ilegal, porque o decreto apontou, concretamente, a necessidade da prisão preventiva.
3. **O habeas corpus deve vir instruído com todas as provas que sustentem as alegações nele contidas, já que não se admite dilação probatória**¹.

Assim, diante da ausência da decisão que ensejou a segregação do Paciente, bem como em virtude da inviabilidade da dilação probatória na estreita via recursal de *Habeas Corpus*, não há como o presente *writ* ser conhecido por esta Egrégia Corte neste ponto.

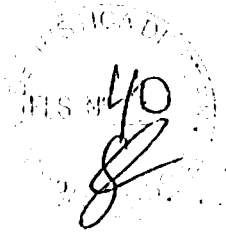
Quanto ao excesso de prazo para conclusão do processo, verifica-se pelas informações da autoridade indigitada coatora às fls. 24/26, que o feito encontra-se com desenvolvimento regular, estando,

cf.

¹ Grifos nossos



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



inclusive, a instrução processual em fase final, restando apenas inquirir¹⁷⁷ duas testemunhas de defesa e a Sra. Azenaide Lira dos Santos, esposa do Paciente/Impetrante à época dos fatos.

Ademais, o Paciente/Impetrante não informou na exordial quando se deu a sua prisão, o que, por certo, impede de mensurar o constrangimento ilegal por ele alegado, caso de fato exista. Não há, portanto, que se falar em qualquer ilegalidade a ser sanada.

Com esses fundamentos, ~~voto~~ pela denegação da ordem.

Recife, 10 de fevereiro de 2010.

Cláudio
Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Desembargador Relator